

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

Atos do Prefeito

Lei nº 2203, de 03 de janeiro de 2005

A Câmara Municipal de Niterói decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Ayrton Pinto Ribeiro a atual Rua "V" situada no Loteamento Cidade Balneária, em Itaipu.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 03 de janeiro de 2005

Godofredo Pinto – Prefeito

(Proj. nº 142/2004 – Autor: Paulo Henrique da Silva Oliveira)

OFÍCIO Nº 02/2005

Niterói, 03 de janeiro de 2005

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para restituir os Autógrafos do Projeto de Lei nº 131/2004, de autoria do Vereador Afrânio Siqueira.

Infelizmente, não me foi possível sancionar o Projeto, em vista das razões adiante expostas, que me levaram a vetá-lo totalmente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus Dignos Pares meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

GODOFREDO PINTO

PREFEITO

EXMº. SR.

VEREADOR JOSÉ VICENTE FILHO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI

10/1518/2004

RAZÕES DO VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 131/2004

Cuida o Projeto de Lei, de Autoria do Nobre Vereador Afrânio Siqueira, de denominar Praça Rotary Ernesto Imbassay de Mello, ao logradouro entre as Ruas Marechal Rondon e Murillo Portugal, em Charitas.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Controle Urbano informou que de acordo com seus registros, a localidade já possui denominação oficial e, portanto, é contrária a proposta, por não haver amparo legal para a alteração da denominação, contrariando a Lei nº 2160, de 15/07/2004.

Sendo assim, apesar de meritória a intenção do Projeto, sugiro o veto integral, por ser contrário aos requisitos estabelecidos na lei.

GODOFREDO PINTO

PREFEITO

OFÍCIO Nº 03/2005

Niterói, 03 de janeiro de 2005

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para restituir os Autógrafos do Projeto de Lei nº 127/2004, de autoria do Vereador João Geraldo Bezerra de M. Galindo.

Infelizmente, não me foi possível sancionar o Projeto, em vista das razões adiante expostas, que me levaram a vetá-lo totalmente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus Dignos Pares meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

GODOFREDO PINTO
PREFEITO

EXMº. SR.

VEREADOR JOSÉ VICENTE FILHO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI
10/1514/2004
RAZÕES DO VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº
127/2004

Cuida o Projeto de Lei, de Autoria do Nobre Vereador João Geraldo Bezerra de M. Galindo, de denominar Rua Florentino José de Souza, a atual Avenida 2, no Loteamento Argeu Alvinho Silva, na Serra Grande.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Controle Urbano informou que de acordo com seus registros, a localidade já possui denominação oficial e, portanto, é contrária a proposta, por não haver amparo legal para a alteração da denominação, contrariando a Lei nº 2160, de 15/07/2004.

Sendo assim, apesar de meritória a intenção do Projeto, sugiro o veto integral, por ser contrário aos requisitos estabelecidos na lei.

GODOFREDO PINTO
PREFEITO

OFÍCIO Nº 04/2005

Niterói, 03 de janeiro de 2005

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para restituir os Autógrafos do Projeto de Lei nº 88/2004, de autoria do Vereador João Geraldo Bezerra de M. Galindo.

Infelizmente, não me foi possível sancionar o Projeto, em vista das razões adiante expostas, que me levaram a vetá-lo totalmente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus Dignos Pares meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

GODOFREDO PINTO
PREFEITO

EXMº. SR.

VEREADOR JOSÉ VICENTE FILHO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI
10/1513/2004
RAZÕES DO VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº
88/2004

Cuida o Projeto de Lei, de Autoria do Nobre Vereador João Geraldo Bezerra de M. Galindo, de denominar Recanto Leon, Felipe e André, a confluência da Rua 3, com a Estrada do Engenho do Mato, em Itaipu.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Controle Urbano informou que o logradouro não possui denominação oficial, mas corrige o caput do artigo 1º, informando que, o bairro não é Itaipu e, sim, Engenho do Mato, e a denominação atual da Estrada do Engenho do Mato, é Irene Lopes Sodré.

Às fls. 06, encontra-se a justificativa do Projeto e às fls. 07 e 09, a certidão de óbito dos homenageados.

Apesar de louvável a intenção do Nobre Edil, os homenageados não se enquadram em nenhuma das hipóteses dos incisos do artigo 1º, nem na alínea “f”, do artigo 3º da Deliberação nº 2862/73, bem como na Lei 2160/2004.

Sendo assim, apesar de meritória a intenção do Projeto, sugiro o veto integral, por ser contrário aos requisitos estabelecidos na lei.

GODOFREDO PINTO
PREFEITO

OFÍCIO Nº 05/2005

Niterói, 03 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para restituir os Autógrafos do Projeto de Lei nº 137/2004, de autoria do Vereador José Vicente Filho.

Infelizmente, não me foi possível sancionar o Projeto, em vista das razões adiante expostas, que me levaram a vetá-lo totalmente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus Dignos Pares meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

GODOFREDO PINTO
PREFEITO

EXMº. SR.

VEREADOR JOSÉ VICENTE FILHO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI

10/1526/2004

RAZÕES DO VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 137/2004

Cuida o Projeto de Lei, de Autoria do Nobre José Vicente Filho, de denominar Rua Doracy Lima, a atual Rua A, no bairro do Badú.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Controle Urbano informou que de acordo com seus registros, a localidade já possui denominação oficial e, portanto, é contrária a proposta, por não haver amparo legal para a alteração da denominação, contrariando a Lei 2160, de 15/07/2004.

Ainda que o logradouro não possuísse denominação oficial, a homenageada não se enquadra em nenhuma das hipóteses dos incisos do artigo 1º, nem na alínea “f”, do artigo 3º da Deliberação nº 2862/73, bem como na Lei 2160/2004.

Sendo assim, apesar de meritória a intenção do Projeto, sugiro o veto integral, por ser contrário aos requisitos estabelecidos na lei.

GODOFREDO PINTO
PREFEITO

OFÍCIO Nº 06/2005

Niterói, 03 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para restituir os Autógrafos do Projeto de Lei nº 047/2004, de autoria do Vereador Marival Gomes da Silva.

Infelizmente, não me foi possível sancionar o Projeto, em vista das razões adiante expostas, que me levaram a vetá-lo totalmente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus Dignos Pares meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

GODOFREDO PINTO
PREFEITO

EXMº. SR.

VEREADOR JOSÉ VICENTE FILHO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI
10/1525/2004

RAZÕES DO VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº
047/2004

Cuida o Projeto de Lei, de Autoria do Nobre Marival Gomes da Silva, que dispõe sobre a concessão de gratuidade dos serviços funerários aos servidores ativos e inativos dos poderes municipais, seus ascendentes, descendentes, cônjuges ou companheiras(os), revogando a lei nº 615 de 17/07/86 que trata da matéria.

Não obstante o caráter louvável e humanitário do Projeto, cuja essência demonstra a preocupação do ilustre Vereador em conceder mais dignidade e consideração à pessoa do servidor municipal, há de considerar-se, todavia, a existência de óbice intransponível à sua aprovação.

Com efeito, dispõe o art. 49. inciso III, da Lei Orgânica do Município de Niterói:

Art.49 - São de iniciativa do Prefeito as Leis que disponham sobre:

I -

II -

III - Criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos na Administração Pública.

No caso do presente projeto é inegável que em se tratando de matéria que diz respeito aos servidores públicos municipais, incide a regra do art. 14, II da LOMN supra transcrita, cabendo exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal a iniciativa da lei.

Por outro lado, dado o universo de pessoas a serem beneficiadas com a isenção das taxas previstas em lei, englobando servidores ativos e inativos dos dois poderes e seus parentes, haveria necessidade de quantificar-se previamente, por estudo abrangente, a perda de arrecadação que o Município estaria sujeito a perder, na forma do disposto no art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, haja vista a concessão de “ benesse fiscal”, o que não está demonstrando pelo projeto em tela.

Art. 14 - “ A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário - financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - “demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas e resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

II - estar, acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas,

ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.”

Diante do exposto, vemo-nos compelido a opinar pelo pelo seu desacolhimento.

É o nosso entendimento, á superior consideração de V. Excelência.

GODOFREDO PINTO
PREFEITO

OFÍCIO Nº 07/2005

Niterói, 03 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para restituir os Autógrafos do Projeto de Lei nº 140/2004, de autoria do Vereador Renê Xavier Barreto.

Infelizmente, não me foi possível sancionar o Projeto, em vista das razões adiante expostas, que me levaram a vetá-lo totalmente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus Dignos Pares meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

GODOFREDO PINTO
PREFEITO

EXMº. SR.

VEREADOR JOSÉ VICENTE FILHO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI

10/1520/2004

RAZÕES DO VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 140/2004

Cuida o Projeto de Lei, de Autoria do Nobre Vereador Renê Xavier Barreto, de denominar Recanto do Lido, a Praça localizada na confluência da Rua Raul de Oliveira e Avenida 10, no Cafubá, em Piratininga, na Região Oceânica.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Controle Urbano informou que o projeto visa denominar uma ilha de trânsito localizada na confluência de dois logradouros públicos, e nada tem a opor.

Às fls. 06, encontra-se a justificativa do Projeto.

Apesar de louvável a intenção do Nobre Edil, a homenagem não se enquadra em nenhuma das hipóteses dos incisos do artigo 1º, nem na alínea “f”, do artigo 3º da Deliberação nº 2862/73, bem como na Lei 2160/2004.

Sendo assim, apesar de meritória a intenção do Projeto, sugiro o veto integral, por ser contrário aos requisitos estabelecidos na lei.

GODOFREDO PINTO
PREFEITO

Portarias

Torna insubsistentes as Portarias nºs 1700, 1703, 1740, 1993, 2017, 2149 e 2162/2004, publicadas em 31/12/2004 (Port. nº 001/2005).

Torna insubsistentes as Portarias nºs 2170, 2189 e 2228/2004, publicadas em 31/12/2004 (Port. nº 002/2005).

Nomeia Luana Cristina Barbosa de Souza para o cargo de Assistente B, CC-3, da Secretaria de Governo, em vaga decorrente da exoneração de Luiz Marcos do Nascimento (Port. nº 003/2004).

Torna insubsistentes as Portarias nºs 1901 e 1902/2004, publicadas em 31/12/2004 (Port. nº 004/2005).

Torna insubsistentes as Portarias nºs 1822, 1915, 1992, 2065, 2075, 2087, 2111, 2117/2004, publicadas em 31/12/2004 (Port. nº 005/2005).

CORRIGENDAS

No Decreto nº 9466/04, publicado em 31/12/04.

INCLUIR

REFORÇO

PT 2043.123610030.2094 CD 3190.11 FT 105 R\$ 61.382,86

PT 1051.064530001.2012 CD 3390.30 FT 106 R\$ 45,76

Onde se lê:

Art. 2º - Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$ 763.816,47(setecentos e sessenta e três mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do anexo.

Leia-se:

Art. 2º - Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$ 825.245,09(oitocentos e vinte cinco mil, duzentos e quarenta e cinco reais e nove centavos), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do anexo.

Onde se lê:

Recursos Provenientes de

Excesso de Arrecadação. 46.365,50

Leia-se:

Recursos Provenientes de

Excesso de Arrecadação. 107.794,12

Nas Portarias nºs 1874 e 1976/2004, publicadas em 31/12/2004, onde se lê: Fabio Anderson Ferreira, leia-se: Fabio Anderson Ferreira Ribeiro.

Na Portaria nº 1973/2004, publicada em 31/12/2004, onde se lê: Ana Paula Correa Buche, leia-se: Ana Paula Correa Busch.

Na Portaria nº 1974/2004, publicada em 31/12/2004, onde se lê: Elisangela Rocha de Oliveira, leia-se: Elisangela Rosa de Oliveira.

Nas Portarias nºs 1859 e 1861/2004, publicada em 31/12/2004, onde se lê: Ana Paula Carajuru Teixeira dos Santos, leia-se: Ana Paula Carajuru Teixeira Santos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ato do Secretário

Portarias

Designa Maria Celia Seixas Bruno, Leocy Maria Baena Cunha e Israel José de Souza para constituírem Comissão de Inquérito Administrativo, em que é indiciado Silvio Carlos da Costa Lemos, matrícula 226201-2, ref. ao proc. 20/5611/2004 (Portaria nº 01/2005).

Designa Israel José de Souza, Leocy Maria Baena Cunha e Maria Celia Seixas Bruno para constituírem Comissão de Inquérito Administrativo, em que é indiciado Arildo Santos, matrícula 226769-8, ref. ao proc. 20/5597/2004 (Portaria nº 02/2005).

Designa Luiz Antonio da Silva, Francisco Jorge Vieira Freitas e Leocy Maria Baena Cunha para constituírem Comissão de Inquérito Administrativo, em que é indiciado Marino Fernandes, matrícula 214910-2, ref. ao proc. 20/5608/2004 (Portaria nº 03/2005).

Comissão de Inquérito Administrativo

Portaria nº 193/2004

Para secretariá-la, o Presidente designou Rousemar Castilho de Mello.

Comissão de Inquérito Administrativo

Portaria nº 196/2004

Para secretariá-la, o Presidente designou Rosângela Corôa Alves.

Fixação de Proventos

Ficam fixados os proventos de Roque dos Santos Fernandes, aposentado no cargo de Trabalhador, nível 01, do Quadro Permanente, matrícula nº 221677-8, com base na decisão TCE/RJ no processo nº 202.068-0/2004, ficando consequentemente cancelada a apostila publicada em 28/07/2004.

Fixados, com validade a contar de 03/07/93, os proventos de Nelson Alves Gomes, aposentado no cargo de Motorista, nível 05, do Quadro Permanente, matrícula nº 214322-0, ficando consequentemente cancelada a apostila publicada em 17/04/99.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Subsecretaria Tributária

Despachos do Subsecretário

30/64444/04 – Sorvetes RPF Ltda nº 2983 – Foi dado provimento ao Recurso em 2ª Instância, cancelando o Auto de Infração.

30/64681/04 – Losango Promoções de Vendas Ltda nº 27885 – Foi negado provimento ao Recurso em 2ª Instância, mantendo o Auto de Infração.

Fiscalização de Posturas

Despacho do Diretor

30/64475/04 – W.O. Lanchonete Ltda nº 4091; 30/64481/04 – Florida Lanches Ltda nº 4096; 30/64532/04 – Diepal Comércio de Doces Ltda nº 28130; 30/64535/04 – Carvalho Figueir. Comércio de Confeção Ltda nº 9959; 30/64537/04 – Cyclamen Modas Ltda.- ME nº 2997; 30/64538/04 nº 2980; 30/64581/04 – Drogaria Moderna (OFSRJ Ltda) nº 10102; 30/64588/04 – Sign Propaganda S/A nº 10209; 30/64621/04 – Sacolão Vida Nova Ltda-ME nº 4237-Foi julgado improcedente a impugnação, mantendo o Auto de Infração.

30/64219/04 – Condomínio Torre Seller Center Niteroi shopping nº 9802 – Foi julgado procedente a impugnação, cancelando o Auto de Infração.

Superintendência de Fiscalização Tributária

Despachos da Superintendente

30/60049/03 – Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura nº 61995; 30/61166/04 – Serviços Marítimos Dialcar Ltda nº 67480 – Foi julgado improcedente a impugnação, mantendo o Auto de Infração.

30/62386/04 – Rezel Factoring Fomento Mercantil Ltda nº 69652 – Foi julgado procedente a impugnação, cancelando o Auto de Infração.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atos do Presidente

O Presidente da Fundação Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear Reginaldo Cosme Loureiro da Silva, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final, publicado em 26 de março de 2002 (Port. 043/2005)

Nomear Rodrigo Ferreira dos Santos, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente Administrativo, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002 (Port. 019/2005)

Nomear Silvana Oliveira Sousa, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 040/2005)

Nomear Simone Regina de Azevedo, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002 (Port. 033/2005)

Nomear Iranei José da Silva, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente Administrativo, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002 (Port. 022/2005)

Nomear Solange Souza do Morro, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 042/2005)

Nomear Vanda Aparecida Gomes Silva, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 036/2005)

Nomear Vânia Bianchini Braz Tardelli, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente Administrativo, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 023/2005)

Nomear Alessandra Arruda de Souza, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível

Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 038/2005)

Nomear Andréa Kelly Barrozo, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 041/2005)

Nomear Antônio Galvão Cirino, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 025/2005)

Nomear Carlos Alberto Campos de Azevedo Junior, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente Administrativo, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 020/2005)

Nomear Carlos Eduardo Modesto da Silva, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Assistente Administrativo, nível Médio, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 014/2005)

Nomear Cassiano Soares Rodrigues, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente Administrativo, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 016/2005)

Nomear Charles Anderson Ramos Loreti, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente Administrativo, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 018/2005)

Nomear Cláudia Alves Carvalho da Fonseca da Silva, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente Administrativo, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 015/2005)

Nomear Cláudia Amorim, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente Administrativo, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 021/2005)

Nomear Cláudia Maria de Oliveira Roza, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente Administrativo, nível Fundamental,

do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 017/2005)

Nomear Elizabeth Fonseca Alvarenga, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Assistente Administrativo, nível Médio, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 011/2005)

Nomear Elson Estrela de Aguiar, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 024/2005)

Nomear Evellin Barreto Fontoura, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 044/2005)

Nomear Flávia Rockert Palhano, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 028/2005)

Nomear Gisele Massante Peixoto Tracera, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Assistente Administrativo, nível Médio, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 012/2005)

Nomear Inês Barros de Souza, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 027/2005)

Nomear Vera Lúcia de Almeida Moço, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 034/2005)

Nomear Jeannie Rose Pessanha Maciel, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 026/2005)

Nomear José Luiz Guimarães Cova, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível

Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 035/2005)

Nomear Lenita Mendonça Sodré, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 029/2005)

Nomear Leonardo Galdino da Silva, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 032/2005)

Nomear Márcio Cruz Peçanha, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 037/2005)

Nomear Marco Antônio Stabille Velasco, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 031/2005)

Nomear Maria de Lurdes Silva de Avelar, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 030/2005)

Nomear Marilucia da Silva Torres, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Agente de Saúde Pública, nível Fundamental, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 039/2005)

Nomear Marina Lacerda Paes dos Santos, a contar de 03 de janeiro de 2005, para o cargo de Assistente Administrativo, nível Médio, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 2138/04, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 013/2005)

Extrato nº 260/2004; Instrumento: Contrato nº 212/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e a Empresa Medstory Comércio de Produtos Hospitalares Ltda; Objeto: Fornecimento Parcelado de "Tubos, Scalps, Adaptadores e Agulhas" para os Laboratórios da Rede da FMS; Valor Global: R\$173.686,20 (cento e setenta e três Mil, seiscentos e oitenta e seis reais e vinte centavos); Verba: Programa de Trabalho nº 2542.10.302.0038.2139, Código de despesa nº 3390-30, fonte nº 207 Nota de Empenho nº 3258/2004,

Datada de 20/10/2004; Fundamento: Lei nº 8.666/93; Assinatura: 20 de outubro de 2004.

Extrato nº 267/2004; Instrumento: Contrato nº 217/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e a Empresa Serraria Santa Bárbara Ltda; Objeto: Fornecimento de Urnas Mortuárias, sob forma de consignação; Fundamento: Lei nº 8.666/93; Assinatura: 10 de Dezembro de 2004.

Ratifico com fulcro no Art. 26, parágrafo único, inciso III da Lei 8.666/93, a autorização para contratação de serviços por um período de 12 meses, no aparelho desitômetro BTS-245, nº de série 811030226, marca Biosystems, pertencente ao CPN e Unidade Básica João Vizella. O valor mensal dessa despesa é de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), por unidade e o valor total anual de R\$8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais). O serviço será prestado pela empresa Biodinâmica Produtos e Serviços Para Laboratório Ltda, representante exclusiva Byosystems S/A, conforme documentos de exclusividade apresentados. Essa despesa está fundamentada no Inciso I do Art. 25 da Supra citada lei. (Processo nº 200/13265/2004)

Ratifico, com fulcro no Art. 26 da Lei 8.666/93, a autorização para a cirurgia de Angioplastia com aplicação de Stent farmacológico 3,0X28mm, com utilização de cateteres balão e equipamentos necessários. Torna-se dispensável a licitação embasada no Art. 24, inciso IV, da lei acima citada, por decorrência da emergência que o caso requer, do paciente Sr. Odomilcio Pereira de Assumpção, no valor de R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais) (Processo nº 200/16821/2004).

Coordenadoria de Recursos Humanos

Auxílio Doença (deferido)

200/17077/2004- Neusa Valentim de Sá

Insalubridade (Indeferido)

200/04301/2003- Silvana Maria Vieira Marinho

Licença Prêmio (Indeferido)

200/04935/2004- Tadeu de Jesus Silva de Oliveira

Gratificação Adicional Tempo de Serviço (deferidos)

200/13925/2004- Aldemir da Silva Bittencourt

200/16643/2004- Valéria Bessa Coelho

200/16667/2004- Maria Rosângela Ribeiro dos Santos.

200/16668/2004- Maria Honorata Santos

200/16669/2004- Maria Helena Pereira Ribeiro

200/16676/2004- Luiz Octávio Bastos de M. Affonso

200/16677/2004- Luiz Antônio Vanni Guerra

200/16678/2004- Lucilene de Oliveira Caetano

200/16715/2004- Adimar Rangel da Conceição

200/16710/2004- Ângela Maria de Azeredo

200/16680/2004- Liliane Ribeiro Linhares

200/16679/2004- Lindaura da Paixão nascimento

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Coordenadoria Municipal de Serviços Funerários

Corrigenda:

Na publicação do dia 24/12/2004, referente as corrigendas dos processos do Serviço Funerário, onde se lê: nºs 60/658/2004 e 60/824/2004, leia-se nºs 60/658/2003 e 60/824/2003.

INSTITUTO DE BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA AOS
SERVIDORES MUNICIPAIS – IBASM

Atos do Presidente

Portaria GP = N.º 001/2005 - Considerar exonerado, a contar de 01 de janeiro de 2005, Alberto Almeida dos

Santos do Cargo de Chefe da Divisão de Análise de Documentos da Diretoria de Programas Habitacionais, Símbolo CC-2, do Instituto de Benefícios aos Servidores Municipais – IBASM.

Portaria GP = N.º 003/2005-Considerar exonerada, a contar de 01 de janeiro de 2005, Glória Mara Gomes do Cargo de Chefe da Divisão de Material e Segurança Patrimonial, da Diretoria de Administração e Finanças, Símbolo CC-2, do Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais – IBASM.

Portaria GP = N.º 005/2005-Considerar exonerado, a contar de 01 de janeiro de 2005, Manoel Moreira Filho do Cargo de Chefe de Serviço de Controle Orçamentário, da Diretoria de Administração e Finanças, Símbolo CC-3, do Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais – IBASM.

Portaria GP=N.º 006/2005-Considerar exonerada, a contar de 01 de janeiro de 2005, Ana Regina dos Santos Souza do Cargo de Chefe da Seção de Auxílios, da Divisão de Atualização de Pensões, do Departamento de Benefícios, da Diretoria de Benefícios, Símbolo CC-4, do Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais – IBASM.

Portaria GP=N.º 009/2005-Considerar insubsistente a Portaria n.º 151/2004, a contar de 01 de janeiro de 2005, a qual designou Alberto Almeida dos Santos para responder interinamente pelo Cargo de Diretor de Programas Habitacionais, do Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais – IBASM, em substituição a titular do Cargo acima citado.

Portaria GP=N.º 008/2005-Considerar nomeado, a contar de 01 de janeiro de 2005, Alberto Rangel Melo para o Cargo de Chefe de Divisão de Análise de Documentos, do Departamento de Habitação, da Diretoria de Programas Habitacionais, Símbolo CC-2, do Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais - IBASM , em decorrência da exoneração de Alberto Almeida dos Santos.

Portaria GP=N.º 007/2005-Considerar Nomeada, a contar de 01 de janeiro de 2005, Ana Regina dos Santos Souza para o Cargo de Chefe de Serviço de Controle Orçamentário, da Diretoria de Administração e Finanças, Símbolo CC-3, do Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais – IBASM, em decorrência da exoneração de Manoel Moreira Filho.

Portaria GP-N.º 004/2005-Considerar nomeado, a contar de 01 de janeiro de 2005, Sylton Vieira Cardoso do Cargo de Chefe da Divisão de Material e Segurança Patrimonial, da Diretoria de Administração e Finanças, Símbolo CC-2, do Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais – IBASM, em decorrência da exoneração de Glória Mara Gomes.

a) Jorge Luiz de Almeida (Presidente)

EMUSA/SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO MUNICIPAL
SUTRAM

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE
INFRAÇÕES DA REGIÃO SUL (ANTIGA JARI SUL)

479ª SESSÃO – JARI 02 - realizada em: 01/11/2004.

RECURSOS JULGADOS

PROCESSOS DEFERIDOS:

120/S/190/04, 120/S/192/04, 510/S/15737/04,
 510/S/15744/04, 510/S/15842/04, 510/S/15893/04,
 510/S/15897/04, 510/S/15910/04, 510/S/15928/04,
 510/S/15945/04, 510/S/15972/04, 510/S/16011/04,
 510/S/16016/04, 510/S/16030/04, 510/S/16032/04,
 510/S/16055/04, 510/S/16060/04, 510/S/16075/04,
 510/S/16083/04, 510/S/16093/04, 510/S/16097/04,
 510/S/16120/04, 510/S/16123/04, 510/S/16126/04,
 511/111011/04, 511/111140/04, 511/111143/04,
 511/111145/04, 511/111399/04, 511/111470/04,
 511/111488/04, 511/111521/04, 511/111528/04,
 511/113831/04, 511/113880/04, 511/114144/04,
 511/114146/04, 511/114155/04, E09/111707/4000/04,
 E09/112137/4000/04, E09/112138/4000/04,
 E09/112143/4000/04, E09/112145/4000/04,
 E09/112169/4000/04, E09/112173/4000/04,
 E09/112174/4000/04, E09/112175/4000/04,
 E09/112182/4000/04, E09/112185/4000/04,
 E09/112188/4000/04, E09/113829/4000/04,
 E09/119976/4000/04, E09/122397/4000/04,
 E09/124728/4000/04, E09/125503/4000/04,
 E09/125761/4000/04, E09/127433/4000/04,
 E09/127551/4000/04, E09/130936/4000/04,
 E09/139636/4000/04, E09/139820/4000/04,
 E09/141467/4000/04, E09/141699/4000/04,
 E09/141700/4000/04, E09/628/4008/04(8ªCiretran de
 Araruama), 671/04(Pref. Mun. de Rio Bonito),
 04123/04(Pref. de São Pedro da Aldeia), 1425/04(Pref. Mun.
 de Barra Mansa).

PROCESSOS INDEFERIDOS:

120/S/194/04, 120/S/197/04, 120/S/199/04, 510/S/15724/04,
 510/S/15728/04, 510/S/15731/04, 510/S/15736/04,
 510/S/15738/04, 510/S/15740/04, 510/S/15745/04,
 510/S/15751/04, 510/S/15754/04, 510/S/15756/04,
 510/S/15758/04, 510/S/15760/04, 510/S/15764/04,
 510/S/15765/04, 510/S/15766/04, 510/S/15770/04,
 510/S/15774/04, 510/S/15775/04, 510/S/15778/04,
 510/S/15780/04, 510/S/15781/04, 510/S/15783/04,
 510/S/15787/04, 510/S/15795/04, 510/S/15796/04,
 510/S/15798/04, 510/S/15800/04, 510/S/15803/04,
 510/S/15805/04, 510/S/15806/04, 510/S/15810/04,
 510/S/15812/04, 510/S/15814/04, 510/S/15818/04,
 510/S/15820/04, 510/S/15821/04, 510/S/15824/04,
 510/S/15826/04, 510/S/15832/04, 510/S/15833/04,
 510/S/15834/04, 510/S/15836/04, 510/S/15844/04,
 510/S/15846/04, 510/S/15848/04, 510/S/15849/04,
 510/S/15851/04, 510/S/15855/04, 510/S/15858/04,
 510/S/15861/04, 510/S/15862/04, 510/S/15873/04,
 510/S/15879/04, 510/S/15888/04, 510/S/15896/04,
 510/S/15900/04, 510/S/15904/04, 510/S/15906/04,
 510/S/15913/04, 510/S/15914/04, 510/S/15915/04,
 510/S/15919/04, 510/S/15920/04, 510/S/15923/04,
 510/S/15927/04, 510/S/15931/04, 510/S/15934/04,
 510/S/15938/04, 510/S/15939/04, 510/S/15940/04,
 510/S/15944/04, 510/S/15948/04, 510/S/15950/04,
 510/S/15951/04, 510/S/15955/04, 510/S/15960/04,
 510/S/15964/04, 510/S/15968/04, 510/S/15970/04,
 510/S/15980/04, 510/S/15982/04, 510/S/15983/04,
 510/S/15989/04, 510/S/15991/04, 510/S/15998/04,

510/S/16000/04, 510/S/16003/04, 510/S/16013/04,
510/S/16018/04, 510/S/16028/04, 510/S/16037/04,
510/S/16045/04, 510/S/16046/04, 510/S/16048/04,
510/S/16051/04, 510/S/16057/04, 510/S/16063/04,
510/S/16069/04, 510/S/16072/04, 510/S/16077/04,
510/S/16081/04, 510/S/16087/04, 510/S/16090/04,
510/S/16105/04, 510/S/16106/04, 510/S/16109/04,
510/S/16111/04, 510/S/16112/04, 510/S/16115/04,
510/S/16118/04, 510/S/16121/04, 510/S/16128/04,
510/S/16129/04, 510/S/16132/04, 510/S/16133/04,
511/110931/04, 511/110976/04, 511/111000/04,
511/111001/04, 511/111009/04, 511/111033/04,
511/111039/04, 511/111042/04, 511/111077/04,
511/111136/04, 511/111137/04, 511/111152/04,
511/111154/04, 511/111467/04, 511/111498/04,
511/111561/04, 511/111576/04, 511/111990/04,
511/112620/04, 511/112703/04, 511/112818/04,
511/112849/04, 511/113851/04, 511/114009/04.

O diário oficial aqui publicado é meramente informativo.
A condição de documento oficial deve ser considerada
apenas para a versão publicada no jornal O Fluminense.